

MOÇÕES APROVADAS NO 59º CONEG DA UNE

São Paulo, 15 de Abril de 2023.

Por um FIES dos estudantes!

O FIES sempre foi um instrumento importante para garantir a ampliação do acesso ao ensino superior para pessoas oriundas de famílias de baixa renda. As mudanças que ocorreram com a retirada da necessidade de fiador e outras facilitações de fato ajudaram milhares de estudantes a alcançarem o tão sonhado diploma.

No entanto, esse tipo de programa deve passar por reavaliações constantes e ser parte do processo de regulamentação das instituições privadas, afinal se trata de uma política provisória e que também destina montantes muito altos de recursos públicos para o setor privado de ensino superior. Por outro lado, os momentos de crise econômica que o país pode enfrentar, com o conseqüente aumento do desemprego, pode dificultar que os recém-formados tenham condições de arcar com as dívidas do financiamento.

Nesse sentido, diante das urgências que o FIES busca sanar para garantir acesso à estudantes mais pobres são necessárias algumas revisões e garantias para que não haja prejuízo à esses estudantes, mas que ao mesmo tempo essa possa ser uma ferramenta reguladora do ensino superior, haja vista que envolve investimentos de recursos públicos em uma área que constitucionalmente é dever do estado: a educação.

Por isso propomos:

- Como política emergencial retirar o teto de financiamento do FIES para os cursos de Medicina;
- Elaborar uma política de anistia da dívida do FIES diante do recente cenário de crise econômica no país;
- Elaborar uma política de contrapartida e regulação das instituições que venham aderir ao FIES, como garantia mínima de programas de assistência estudantil, estruturas de qualidade (como biblioteca, laboratórios e salas de estudo), espaços democráticos de participação (conselhos com representação estudantil, Centros Acadêmicos, Diretório Estudantil, etc.) e o impedimento de aumentos abusivos de mensalidade;

Moção de Repúdio ao Decreto Inconstitucional e Antidemocrático de Sebastião Melo, prefeito de Porto Alegre (RS)

No dia 11 de abril o prefeito Sebastião Melo promulgou o decreto 21.941 que proíbe parlamentares, candidatos, movimentos de juventude e estudantis e outras entidades

de fazerem atividades em escolas da rede municipal sem autorização prévia da prefeitura. Melo censura o direito de autorganização da juventude, que no último período travou as difíceis batalhas contra o seu governo liberal, de desmonte dos serviços públicos. Melo tem a educação e o transporte público como alvos da sua gestão.

A censura prévia da prefeitura não pode passar despercebida. É preciso unidade do movimento estudantil em repudiar, em todas as instâncias, as práticas autoritárias da direita. O bolsonarismo precisa ser derrotado em cada prefeitura, repartição e gabinete em que tenha se instalado.

O decreto é ilegal e flagrantemente criminoso. Viola a Lei do Grêmio Livre (1985), o ECA (1990), a Lei de Diretrizes e Bases (1996), a Lei Orgânica de Porto Alegre (1990) e a Constituição Federal (1988). A sociedade brasileira precisa de um profundo processo de eliminação dos elementos mais obscuros e autoritários potencializados pelo bolsonarismo. Este processo exige unidade na luta, mobilização popular e disputa hegemônica.

DERRUBA A CENSURA! REVOGA A MORDAÇA!

Contra as intervenções!

A pasta da educação, sob comando de Bolsonaro e seus aliados, foi alvo número um dos ataques políticos desde o início do governo. Tal ofensiva, em linhas gerais, pretendia consolidar o projeto de expulsão da classe trabalhadora dos Institutos e Universidades Federais, assim como possuía três frentes de atuação concomitantes: desmonte do orçamento das instituições públicas, disputa ideológica do papel das universidades e, por fim, a interferência direta na democracia institucional.

Nesse sentido, em razão das problemáticas estruturais acumuladas nesses 4 anos, é preciso ter firmeza para afirmar que não há condições de retomar e avançar nas políticas públicas da educação sem a devida posse dos reitores e reitoras eleitos pela comunidade acadêmica de suas respectivas universidades. As intervenções são símbolos orgânicos do ideário elitista e militarizado da administração dos milicianos, os quais orquestraram a morte do povo brasileiro durante a pandemia.

Hoje, a UFERSA (RN), a UFPB (PB) e outras dezenas ainda são "geridas" por interventores nomeados a partir da lista tríplice. Estes, por sua vez, não apenas fazem uso indevido de um título de prestígio, uma vez que não foram primeiros colocados, mas utilizam desse espaço para executar medidas de criminalização do movimento estudantil, de perseguição contra trabalhadores da educação, além do completo descaso com a destinação do recurso da Universidade. Em outras palavras, não basta reconfigurar o orçamento, pois é fundamental romper com quem o executa para viabilizar o projeto sonhado: uma universidade pública, gratuita, popular e de qualidade.

Moção em Defesa do Piso de Investimento em Educação

A Educação Brasileira tem a vitória de ter firmado na Constituição um piso mínimo de investimento de 18% das receitas correntes líquidas da União na manutenção e desenvolvimento do ensino no Art. 212. Com o crescimento econômico e a maior arrecadação tributária, a educação recebe mais recursos na mesma proporção do crescimento das receitas para seu progresso. Uma despesa essencial no nosso país em que faltam merendas nas escolas, infraestrutura, pagamento do piso salarial dos professores, bolsas adequadas para os estudantes universitários e tantos outros problemas que ampliam desigualdades.

O Piso de Investimento na Educação esteve em risco com o Teto de Gastos de Temer e Bolsonaro que limitou os gastos públicos, enfrentando cortes consecutivos em diversas universidades. Além da Desvinculação das Receitas da União (DRU) que permite com que 30% dos gastos fixos sejam utilizados livremente, ou seja, para finalidade distinta, sendo uma medida que retirou muitos recursos da educação e já deveria ter sido extinta. Depois da derrota eleitoral do Governo Bolsonaro que foi um desastre para todo o país, não pode haver mais nenhum retrocesso. Sendo assim, a União Nacional dos Estudantes (UNE) se coloca em defesa do Piso Constitucional de Investimento na Educação.

Moção pela revogação da Reforma das Licenciaturas

A resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovada em 2019 sem o mínimo diálogo com a comunidade acadêmica das licenciaturas, apresentando uma série de problemas que vão desde a falta de participação efetiva da comunidade escolar até a desvalorização da formação dos professores, é um retrocesso para a educação brasileira e deve ser revogada.

Essa resolução teve como objetivo principal reformar a estrutura das licenciaturas, esvaziar as universidades e causar evasão, principalmente nos cursos de filosofia, geografia, história e sociologia. Aumentou a carga horária total para 3200 horas, transformando 50% dela em práticas exclusivas para as disciplinas de educação, sem abrir espaços para a pesquisa e extensão, dando espaço para o projeto de precarização do ensino público e priorizando o cumprimento de metas e avaliações de desempenhos dos professores em detrimento dos itinerários formativos do novo ensino médio. Essa abordagem pode levar a uma educação tecnicista, que valoriza mais a quantidade de conteúdo ensinado do que a aprendizagem efetiva dos estudantes em cada área das ciências.

Sendo assim, a União Nacional dos Estudantes (UNE) se coloca em defesa da revogação da resolução número 2 do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 20 de dezembro de 2019.

Moção por mais investimento nas Universidades Supernovas na atualidade

As chamadas universidades supernovas, efetivada entre 2018 e 2019, representam uma tentativa de expandir o acesso ao ensino superior em regiões historicamente negligenciadas pelo Estado burguês e são um exemplo claro da crise estrutural do sistema universitário brasileiro, são elas: UFAPE, UFCAT, UFDPAr, UFJ, UFR e UFNT.

No entanto, é necessário destacar o fato de que essas universidades não receberam investimento suficiente do governo federal para se tornarem verdadeiramente independentes financeira e administrativamente. Enquanto as universidades criadas durante os governos anteriores receberam um pacote de financiamento para sua implementação e expansão autônoma, as supernovas foram simplesmente desmembradas de outras universidades sem um investimento adequado.

Atualmente, as universidades supernovas encontram-se em uma situação extremamente crítica, lutando pela sua sobrevivência. É o caso, por exemplo, da UFCAT, em que a reitoria é forçada a constantemente ir a Brasília para buscar emendas parlamentares destinadas à universidade, a fim de manter as suas atividades. Essa realidade reflete a lógica neoliberal que a educação está submersa, que prioriza o mercado em detrimento dos interesses da população.

Estas universidades foram jogadas em uma subcategoria de universidades, “supernovas”, e deixadas de lado pelo governo fascista de Bolsonaro. Agora, é essencial, como estudantes, que nos unamos e façamos uma mobilização para que essas universidades desmembradas recebam os recursos orçamentários necessários para respirar e, finalmente, traçar um plano de expansão autônoma, sem depender da vontade das elites burguesas e seus governos. Isso é crucial para garantir que essas instituições possam contribuir plenamente para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por isso reivindicamos: Recomposição do orçamento de 2023 de forma EQUÂNIME, levando em consideração as fragilidades das supernovas; Prioridade de concursos públicos direcionados às supernovas, para técnicos, servidores e docentes; Projeto do governo federal de implementação de recursos orçamentários para a expansão das universidades supernovas.

Moção contra a volta do vestibular na UFSM

Desde o ano passada a reitoria da Universidade Federal de Santa Maria, apresentou a intenção em promover alterações na formas de ingresso da Instituição, de forma que, nos cursos de graduação, houvesse a retomada do Vestibular e um modelo de Processo Seletivo Seriado (PSS) em detrimento às vagas hoje destinadas ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), métodos os quais já são historicamente conhecidos na

Universidade e, na época de sua vigência, eram marcadamente elitizados.

Frente a isso, as lutas travadas pelo movimento estudantil da UFSM a fim de denunciar e barrar essa proposta foram construídas de forma conjunta e unitária contando com ações diretas de enfrentamento ao autoritarismo da Reitoria. A mudança na forma de ingresso com a retomada do vestibular e PSS visa beneficiar um perfil quase exclusivo de estudante, tornando novamente a UFSM refém do setor empresarial da cidade, tanto pelo marketing promovido ao longo dos dias de prova, quanto, e principalmente, pelo impulsionamento e favorecimento do ramo empresarial da educação, alimentando a rede de cursinhos pré-vestibulares pagos e as outras instituições privadas de educação da região que são inacessíveis à imensa parcela da população brasileira. Isso será ainda mais evidente nos cursos mais concorridos da instituição. Segundo os dados disponibilizados pela Pró-Reitoria de Planejamento da instituição, onde em 2021 cerca de 75% dos estudantes se autodeclararam brancos e, cujas rendas não são identificadas, situação a qual tende a ser potencializada com a alteração da política de ingresso. Na contramão do projeto posto, o movimento estudantil entende que deve ser feito o caminho contrário, visualizando o SISU como o sistema-base para o fortalecimento e ampliação das políticas de ações afirmativas para o ingresso e permanência de estudantes negros, negras e indígenas na instituição.

Ao encontro disso, é preciso debater a evasão de forma profunda, assim como, e como ferramenta fundamental para combatê-la, as políticas de permanência estudantil.

Nesse sentido, frente ao aprofundamento da crise econômica e social, os desafios de permanência fizeram com que muitos estudantes tivessem que escolher entre estudar ou trabalhar.

Perante o exposto, defendemos a manutenção e ampliação das políticas de ação afirmativa para o ingresso da população negra e indígena na instituição, a criação e fortalecimento de mecanismos para o ingresso das comunidades quilombolas, para pessoas trans e para pessoas com deficiência (PCDs), grupos historicamente minorizados e excluídos do ensino superior público. E não menor deve ser o respeito ao método de construção dessas políticas, através de profundos debates com os núcleos, setores e movimentos, sendo assim fruto do debate coletivo, e não do contrário, reféns de decisões de gestão.

Em virtude de fortalecer o SISU e de garantir o acesso de todas e todos estudantes que querem um dia acessar o ensino superior, somos CONTRA a volta do Vestibular e Processo Seletivo Seriado.

Derrotar Romeu Zema em Minas e reconstruir o Brasil com Lula: estudantes mineiros em luta!

Nos últimos anos, os estudantes brasileiros enfrentaram uma das batalhas mais difíceis da nossa história: a luta contra o neoliberalismo fascista, materializado no governo de Jair Bolsonaro (PL). Nos somamos a milhões de lutadores e lutadoras que, com muita organização e mobilização, construíram o caminho para derrotarmos, nas urnas, o projeto que vinha em curso em nosso país.

A eleição de Lula (PT) não representa apenas uma vitória eleitoral, mas se converte numa vitória política, sabendo que o futuro do Brasil está em disputa e que as ideias bolsonaristas seguem vivas no seio da sociedade brasileira.

Ao contrário do cenário nacional, em Minas Gerais, o governo estadual abriga um dos principais representantes do bolsonarismo, além de figuras como Nikolas Ferreira (Deputado mais votado nas últimas eleições), que ecoa ideias conservadoras e ataca os direitos das minorias.

Eleito e reeleito com apoio do empresariado, o legado que Zema deixará é de desmonte. Romeu Zema é o principal inimigo da educação pública mineira e se nega a cumprir os 8% previstos na Constituição para a educação e a saúde.

Nas escolas públicas, o saldo do Governo Zema é o aumento da evasão, a redução de turmas e o fechamento de escolas. Nas Universidades Estaduais, a ausência de uma política robusta de Assistência e Permanência Estudantil, condizente com a realidade e necessidades dos estudantes, condena nossos sonhos e dizima o nosso futuro.

Zema quer vender as estatais, contrariando o desejo do povo. Além disso, tramita na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) o Projeto de Lei 358/23. Um projeto de Reforma Administrativa do estado que ataca duramente os serviços públicos, as servidoras e os servidores e retira direitos do povo mineiro.

É preciso derrotar Romeu Zema e implementar o programa eleito nas urnas em Minas Gerais. Por isso, precisamos nos organizar e construir um calendário unitário de luta contra Romeu Zema. Diante desse cenário e da real necessidade de nos mantermos mobilizados para derrotar o desmonte da educação pública e do estado mineiro, as e os estudantes mineiros convocam o Movimento Estudantil para ocupar as ruas de Minas Gerais no dia 8 de maio e construir um grande dia de luta em Defesa das Universidades Estaduais e contra o governo de Romeu Zema.

Cabe aos estudantes, engrossar as fileiras de luta do povo mineiro e se manterem organizados, convocando toda a sociedade a resistir contra as sucessivas tentativas de Romeu Zema de vender e desmontar o nosso estado e impedir a juventude mineira de sonhar. Minas Gerais deu o recado nas urnas ao eleger Lula presidente, e agora é o momento de darmos o recado nas ruas: FORA ZEMA E SEU PROJETO DE DESTRUIÇÃO!

Moção contra a exclusão da Licenciatura em Educação do Campo dos concursos públicos e seletivos da educação básica

Em apoio a inserção da Licenciatura em Educação do Campo nos concursos públicos e seletivos da educação básica

A União Nacional dos Estudantes (UNE), reunida no 59º Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG), no dia 15 de abril, manifesta seu apoio aos estudantes e egressos/as da Licenciatura em Educação do Campo que enfrentam a exclusão em editais de concursos públicos e processos seletivos para atuação na educação básica em diferentes regiões do país.

A Licenciatura em Educação do Campo representa uma importante política pública de acesso à educação de qualidade de nível superior aos povos do campo, das águas e das florestas. Deve ser reconhecida como um curso que promove a emancipação humana, enquanto estabelece o diálogo entre a universidade, os conhecimentos científicos e a realidade da comunidade camponesa. Ao todo, tivemos a territorialização de 44 cursos de Licenciatura em Educação do Campo ofertados nas cinco regiões do país, em 19 estados e vinculados a 33 instituições de ensino superior. Estima-se entre 2012 a 2019, mais de 8.000 matrículas de ingressantes. Atualmente são mais de 6.000 egressos/as formados.

O curso de formação docente se dá pela área de conhecimento para atuação na educação básica, englobando o ensino fundamental anos finais e ensino médio. A uma variação das áreas de formação ofertadas, as quais foram definidas de acordo com a demanda pré-existente para a docência naquele estado ou região. Podemos citar as áreas de: ciências da natureza, matemática, ciências agrárias, ciências sociais e humanas, línguas, artes e literatura. O Licenciado(a) em Educação do Campo recebe o diploma de Licenciatura em Educação do Campo, com ênfase na área do conhecimento de sua formação, estando habilitado para atuar em todas as componentes curriculares relacionadas à área.

Sistematicamente estudantes e egressos/as têm encontrado impedimentos para sua atuação na educação básica, não existindo até o momento regulamentação com peso de lei que forneça respaldo efetivo, ficando muitas vezes a mercê da interpretação e vontade política de prefeituras e estados.

O caso mais recente envolve o estado do Paraná. No final de março de 2023, ocorreu a publicação do edital do concurso público Nº 011/2023 – DRH/SEAP, pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP) juntamente com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), o qual não contemplou a Licenciatura em Educação do Campo para atuação, excluindo a possibilidade desses profissionais participarem do certame como habilitados. Mesmo após os protocolos para alteração do edital e pedidos em diferentes instâncias (Secretarias, ouvidoria, Ministério

Público), as respostas dos diferentes órgãos, respalda o edital e reitera a exclusão desses estudantes e egressos/as do concurso.

Assim, defendemos que é necessário e urgente incluir esta luta na pauta nacional da educação, para que a questão avance a fim de que os(as) profissionais sejam reconhecidos e amparados pela legislação nos âmbitos federal, estadual e municipal, tendo sua formação efetivamente validada e, portanto, incluída nos editais para concursos públicos e processos seletivos de educação.

No ano em que se completa 25 anos de Educação do Campo, e 15 anos desta Licenciatura, é inadmissível perpetuar a exclusão dos povos do campo, das águas e florestas nos editais, dificultando a inserção na carreira docente e propagando a discriminação. A Educação do Campo demarcou seu lugar na história da Educação brasileira, no entanto, a luta, sua marca mais presente ao longo dos anos, deve continuar existindo para garantir a educação de qualidade aos sujeitos do campo. Para além de preservar direitos adquiridos historicamente, é necessário reivindicar novas políticas públicas que deem conta de suprir as necessidades educacionais dos povos do campo e dentre uma das questões mais urgentes está o reconhecimento e inclusão desses estudantes e egressos nos editais e seletivos da rede pública.

Reunidas no 59º CONEG, as entidades da União Nacional dos Estudantes vêm manifestar seu apoio aos estudantes e egressos/as da Licenciatura em Educação do Campo, se comprometendo com a mobilização e luta pelo reconhecimento profissional dos/das licenciados em Educação do Campo na educação básica brasileira.

Educação do Campo é direito e não esmola!

Moção CONTRA a DISCRIMINAÇÃO de Estudantes EAD em processos de transferência externa

O Diretório Central dos Estudantes da Universidade Virtual do Estado de São Paulo e o Conselho Central dos Estudantes EAD – CONCENTRE do Consórcio CEDERJ vem por meio desta nota denunciar irregularidades em processos de transferência externa para vagas ociosas que ocorreram no começo deste ano em diversas universidades públicas mas em especial nos editais da UFSCar e da UnB.

Em 2023 a Universidade Federal de São Carlos e a Universidade de Brasília incluíram em seus editais uma regra discriminatória e absurda do ponto de vista de equidade acadêmica: as vagas abertas nos processos de transferência externa se destinaram exclusivamente a estudantes matriculados em cursos presenciais nas suas faculdades de origem.

Trata-se de algo inexplicável e surpreendente pois ambos editais possuíam vagas em cursos como Pedagogia que, segundo Censo do INEP 2021, mais de 70% dos

estudantes estão em cursos EAD. Ou seja, a UFSCar e a UNB estão praticando uma reserva de vagas imoral para os menos de 30% de estudantes matriculados nesses cursos na modalidade presencial. Também é importante destacar que muitas universidades privadas não mencionam que seus alunos estão matriculados em cursos EAD nos documentos de matrícula e com isso a limitação acaba sendo válida principalmente para estudantes das universidades públicas EAD como da UNIVESP, CEDERJ e dos polos UAB.

Sendo assim solicitamos o fim desse tipo de discriminação em editais de vagas ociosas e sugerir uma ação de veto aos estudantes membros dos conselhos superiores das universidades citadas e de outras universidades que apresentem editais com essa discriminação.

Pela Igualdade acadêmica e contra discriminação dos Estudantes EAD em todas universidades.

Moção pelo direito a Assistência Estudantil e pela ampliação das bolsas CAPES para os profissionais da UAB

Em 16 de fevereiro, foi divulgado o aumento das bolsas CAPES. Além das bolsas de mestrado, e doutorado a CAPES também é responsável por manter todo sistema UAB e isso inclui também as bolsas de tutores e coordenadores dos cursos EAD das universidades pública.

A quantidade de bolsas disponíveis nos cursos oferecidos pelo Consórcio CEDERJ e outros cursos da UAB é significativamente menor em comparação às vagas oferecidas em cursos presenciais. Além disso, bolsas de Assistência Estudantil praticamente não existem para os estudantes EAD nem no CEDERJ e nem em outras universidades públicas como a UNIVESP.

Nesse sentido pedimos a UNE e ao conjunto das entidades do movimento estudantil que defendam:

- Editais de bolsas de Iniciação Científica, Extensão e Pesquisa direcionados a estudantes EAD;
- Criação de Bolsas de Auxílio para estudantes EAD voltadas especialmente para cobertura de custos de internet.
- Alteração do PNAES para garantir o direito a assistência estudantil para os estudantes dos cursos EAD das universidades públicas
- Direito a meia passagem ou passe livre garantido para Estudantes EAD em todas cidades que possuem polos
- Que promova durante o próximo CONUNE uma discussão responsável sobre Educação a Distância, Ensino Remoto e todas as variações do tema afim de aprovar uma posição completa e consistente da entidade sobre EAD para que não haja mais confusão entre a realidade dos cursos presenciais e dos cursos totalmente EAD baseados em polos.